



PROGRAMA DETALHADO da Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10)

Controle: D.04.08.07

Data da Elaboração: 10/11/2009

Data da Revisão: 14/05/2015

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Gerência de Certificação e/ou Comitê de Certificação e/ou

Conselho de Certificação

Programa Detalhado da Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10) – Versão 5.9 –

OBJETIVOS DA CPA-10

A CPA-10 é uma importante parte do Programa de Certificação Continuada da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), um esforço empreendido pela entidade e pelos participantes do mercado para elevar o nível de conhecimento dos profissionais e de qualidade do mercado de investimento.

O principal objetivo da CPA-10 é a contínua elevação da capacitação técnica dos profissionais que atuam em agências bancárias e cooperativas de crédito, em contato com o público, no processo de comercialização de produtos de investimento. Essa iniciativa, amparada nas Resoluções 3.158 e 3.309 do Conselho Monetário Nacional, instituiu um processo de aferição do conhecimento dos principais aspectos relacionados à distribuição de produtos de investimento.

No exame da CPA-10 o candidato deve demonstrar conhecimento sobre as principais características dos produtos de investimento que são ofertados nas agências bancárias, bem como entender os padrões éticos de comportamento que devem ser adotados no relacionamento com os investidores, de tal forma que os produtos oferecidos satisfaçam aos objetivos e necessidades dos clientes atendidos.

A ANBIMA acredita que esse esforço de modernização dos mercados financeiros e de capitais e a melhoria no atendimento ao investidor - com a disponibilização, pelos profissionais, de informações de melhor qualidade sobre os produtos de investimento, em especial, sobre os principais fatores de risco envolvidos - resultará em estímulos à concorrência leal, à padronização de procedimentos e à adoção das melhores práticas em prol do crescimento dos mercados.

O resultado final desse esforço refletirá o estímulo ao crescimento da poupança financeira no país, uma das maneiras de favorecer o crescimento sustentado da economia brasileira.

O CONTEÚDO DO PROGRAMA DETALHADO

O programa apresentado a seguir coloca em linhas gerais o conteúdo que estará presente no exame da CPA-10. Ele é composto de seis grandes temas: Sistema Financeiro Nacional; Ética, Regulamentação e Análise do Perfil do Investidor; Noções de Economia e Finanças; Princípios de Investimento: Conceitos; Fundos de Investimento e Demais Produtos de Investimento.

O Programa Detalhado é resultado do trabalho conjunto da ANBIMA com as principais instituições do mercado financeiro que acreditam que seus respectivos desdobramentos em tópicos, itens e subitens detalham os assuntos, cujo conhecimento pelos profissionais envolvidos na distribuição de produtos de investimento nas agências bancárias é considerado essencial.

A ANBIMA, ao mesmo tempo, assume o compromisso de manter esse Programa Detalhado sempre alinhado às legislações e revisá-lo, periodicamente, com a finalidade de incluir novos assuntos, tão logo o dinamismo e a evolução do mercado de capitais venham torná-los relevantes e essenciais.

A legislação vigente relacionada à distribuição de produtos de investimento, ainda que não explicitada em todos os temas, encontra-se presente, por meio dos conceitos e regras aplicáveis a todos os temas e tópicos abordados.

Além disso, é considerado mais importante para o profissional possuir o domínio dos conceitos envolvidos nas questões do seu dia a dia, do que a utilização de cálculos matemáticos. Dessa forma, não haverá necessidade do uso de calculadora para a realização do exame da CPA-10.

A ANBIMA espera que os participantes desta etapa do Programa de Certificação Continuada compartilhem do mesmo entusiasmo sentido por todos os profissionais que participaram da construção desse processo.

VALIDADE E PROCEDIMENTOS DE ATUALIZAÇÃO

Ser aprovado no exame da CPA-10 é o primeiro passo rumo à obtenção da certificação profissional na ANBIMA. São considerados profissionais Certificados CPA-10 os candidatos que foram aprovados no exame da CPA-10 e estão formalmente vinculados a uma instituição participante que segue as regras do Código de Certificação da ANBIMA. Esse Código reúne as diretrizes do Programa de Certificação da ANBIMA, bem como padrões de conduta a serem seguidos pelas empresas e pelos profissionais que atuam nos mercados financeiro e de capitais.

Os profissionais que obtiveram aprovação no exame da CPA-10, mas não estão vinculados a uma das instituições que segue o Código de Certificação da ANBIMA, são considerados profissionais Aprovados no exame CPA-10.

A validade da certificação pode mudar de acordo com a situação do profissional, Aprovado ou Certificado, mas nunca terá mais do que cinco anos de validade. A CPA-10 é válida pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data de realização do exame ou da conclusão da atualização para os profissionais Certificados e é válida pelo prazo de 03 (três) anos para os profissionais Aprovados no exame da CPA-10.

Dessa forma, se um profissional Aprovado começar a trabalhar em uma instituição participante, automaticamente passará para a condição de Certificado e a validade da sua certificação passará a ser de cinco anos a contar da data da aprovação no exame. Por exemplo: se um profissional começar a trabalhar em um banco quando já tinha a sua certificação há dois anos, a certificação ganhará, automaticamente, mais três anos de validade.

Por outro lado, se um profissional Certificado for desligado de uma instituição participante e passar à situação de Aprovado, a validade da certificação passará a ser de três anos a contar da data de desligamento, respeitando o prazo máximo de cinco anos. Por exemplo: se um profissional certificado for desligado de uma instituição participante após quatro anos de certificação, então a certificação valerá por mais um ano após o desligamento.

Há duas formas de atualização da CPA-10: realizar um exame de atualização da CPA-10, oferecido pela ANBIMA e baseado no Programa Detalhado de Atualização da CPA-10 ou, caso seja um profissional Certificado, terá também a opção de atualizar sua CPA-10 participando de um curso de atualização oferecido pelo empregador e baseado no todo ou em parte relevante do Programa Detalhado de Atualização da CPA-10.

PROGRAMA DETALHADO CPA-10

– Versão 5.9 –

A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquela que se encontra vigente e eficaz em até 06 (seis) meses antes do exame.

1. Sistema Financeiro Nacional (Proporção: de 5% a 10%)

1.1. Funções Básicas

1.1.1. Função dos intermediários financeiros e definição de intermediação financeira

1.2. Estrutura

1.2.1. Órgãos de Regulação, Autorregulação e Fiscalização:

1.2.1.1. Conselho Monetário Nacional – CMN: Principais atribuições: regular a constituição e regulamentos das Instituições Financeiras; estabelecer medidas de prevenção ou correção de desequilíbrios econômicos; disciplinar todos os tipos de crédito

1.2.1.2. Banco Central do Brasil – Bacen: Principais atribuições: autorizar o funcionamento e fiscalizar as Instituições Financeiras; emitir moeda; controlar crédito e capitais estrangeiros; executar a política monetária e cambial

1.2.1.3. Comissão de Valores Mobiliários – CVM: Principais atribuições: promover medidas incentivadoras da canalização de poupança ao mercado de capitais; estimular o funcionamento das bolsas de valores e das instituições operadoras do mercado de capitais; proteger os investidores de mercado

1.2.1.4. ANBIMA

1.2.1.4.1. Atribuições: Condução dos Processos de Regulação e Melhores Práticas das Instituições e dos Mercados. Propósito e Abrangência

1.2.1.4.1.1. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários

1.2.1.4.1.2. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento

1.2.1.4.1.3. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

1.2.1.4.1.4. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

1.2.1.4.1.5. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para Atividade de Private Banking no Mercado Doméstico

1.2.1.4.1.6. Código para o Novo Mercado de Renda Fixa.

1.2.1.4.1.7. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas de Negociação de Instrumentos Financeiros.

1.2.1.4.1.8. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para Gestão de Patrimônio Financeiro no Mercado Doméstico.

1.2.2. Principais Intermediários Financeiros: conceito e atribuições

1.2.2.1. Bancos Múltiplos

1.2.2.2. Bancos Comerciais

1.2.2.3. Bancos de Investimento

1.2.3. Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros: conceito e atribuições

1.2.3.1. Bolsa: BM&FBovespa

1.2.3.2. Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários: principais funções

1.2.3.3. Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários: principais funções

1.2.4. Sistemas e Câmaras de Liquidação e Custódia (*Clearing*): atribuições e benefícios para o investidor

- 1.2.4.1. Sistema especial de liquidação e de custódia – Selic: principais títulos custodiados no Selic (LFT; LTN; NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)
- 1.2.4.2. CETIP S/A: principais títulos e contratos custodiados no CETIP (CDB, Swap, Debêntures, LCI, NP, Cotas de Fundos, Letras Financeiras)
- 1.2.4.3. BM&FBOVESPA – Câmara de Ações – (Antiga CBLC). Operações realizadas nos mercados da BM&FBOVESPA, Segmento Bovespa (à vista, derivativos, balcão organizado e renda fixa privada)
- 1.2.4.4. Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB

2. Ética, Regulamentação e Análise do Perfil do Investidor (Proporção: de 10% a 15%)

2.1. Princípios Éticos de acordo com Código de Ética e Responsabilidade Profissional do IBCPF – Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros atualizado em Dezembro/2010.

- 2.1.1. Princípio de Integridade
- 2.1.2. Princípio de Objetividade
- 2.1.3. Princípio de Competência
- 2.1.4. Princípio de Confidencialidade
- 2.1.5. Princípio da Conduta Profissional
- 2.1.6. Princípio da Probidade
- 2.1.7. Princípio da Diligência

2.2. Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA

- 2.2.1. Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos
 - 2.2.1.1. Propósito e Abrangência
 - 2.2.1.2. Princípios gerais
 - 2.2.1.3. Publicidade e divulgação de material técnico dos fundos de investimento – Consultar o Código para fundos de investimento e as Diretrizes para publicidade e divulgação de material técnico de fundos de investimentos, disponível no site da ANBIMA.
 - 2.2.1.3.1. Melhores Práticas
 - 2.2.1.3.2. Dos avisos obrigatórios
 - 2.2.1.3.3. Divulgação de rentabilidade, rendimento e comparações
 - 2.2.1.3.4. Das qualificações
 - 2.2.1.4. Marcação a Mercado – MaM – Consultar o Código para fundos de investimento e Diretrizes de Marcação a Mercado, disponível no site da ANBIMA.
 - 2.2.1.5. Serviços: Administração, Gestão e Distribuição de Fundos de Investimento
 - 2.2.1.6. Dever de verificar a adequação dos investimentos recomendados (*suitability*)

2.3. Prevenção Contra a Lavagem de Dinheiro

- 2.3.1. Conceito de lavagem de dinheiro. Legislação
- 2.3.2. Clientes/investidores
 - 2.3.2.1. Ações preventivas: princípio do “conheça seu cliente”
 - 2.3.2.1.1. Função do cadastro e implicações de um cadastro desatualizado e análise da capacidade financeira do cliente
 - 2.3.2.1.2. O princípio “conheça seu cliente” como forma de proteção da instituição financeira e do profissional
 - 2.3.2.2 Identificação e registros de operações
- 2.3.3. Operações suspeitas
 - 2.3.3.1 Caracterização
 - 2.3.3.2 Obrigatoriedade de comunicação e controle – instituições, empresas e autoridades competentes
- 2.3.4. Responsabilidades administrativas e legais. Entidades e pessoas físicas sujeitas à lei e a regulamentação

2.3.5. Crime de lavagem de dinheiro

2.3.5.1 Responsabilidades e corresponsabilidades

2.4. Ética na Venda

2.4.1. Venda casada: conceito

2.4.2. Restrições do investidor: idade, horizonte de investimento, conhecimento do produto e tolerância ao risco

2.5. Análise do Perfil do Investidor

2.5.1. Instrução CVM: 539 – dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*)

2.5.1.1. Abrangência; perfil do cliente; categorias de produtos; vedações e obrigações; controles internos; atualizações e dispensas

2.5.2. Adequação de produtos em função do perfil do investidor

3. Noções de Economia e Finanças (Proporção: de 10% a 15%)

3.1. Conceitos Básicos de Economia

3.1.1. Indicadores econômicos: PIB, índices de inflação (IPCA e IGP-M), taxa de câmbio, taxa SELIC (over e meta), taxa DI e TR: definição

3.1.2. COPOM: finalidade e atribuições

3.2. Conceitos Básicos de Finanças

3.2.1. Taxa de juros nominal e taxa de juros real

3.2.2. Taxa de juros equivalentes *versus* taxa de juros proporcional

3.2.3. Capitalização Simples *versus* Capitalização Composta

3.2.4. Índice de referência (*benchmark*) aplicado a produtos de investimento: conceito e finalidade

3.2.5. Volatilidade. Conceito

3.2.6. Prazo médio ponderado de uma carteira de títulos: conceito e riscos associados

3.2.7. Marcação a Mercado como valor presente de um fluxo de pagamentos (Precificação e volatilidade: impactos de prazos e taxas)

3.2.8. Mercado Primário e Mercado Secundário: conceito, finalidade e relevância para o investidor e para a empresa emissora.

4. Princípios de Investimento: Conceitos (Proporção: de 10% a 20%)

4.1. Principais Fatores de Análise de Investimentos

4.1.1. Rentabilidade

4.1.1.1. Rentabilidade absoluta *versus* rentabilidade relativa (*benchmark*)

4.1.1.2. Rentabilidade esperada *versus* rentabilidade observada

4.1.1.3. Rentabilidade bruta *versus* rentabilidade líquida

4.1.2. Liquidez

4.1.3. Risco

4.2. Principais Riscos do Investidor

4.2.1. Risco de Mercado

4.2.1.1. Riscos de mercado externo: conceito (oscilações na taxa de câmbio, mudanças no cenário macroeconômico mundial, riscos geopolíticos específicos de cada país investido, questões legais, regulatórias e tributárias específicas de um país)

4.2.2. Risco de Crédito

4.2.3. Risco de Liquidez

4.3. Fatores Determinantes para Adequação dos Produtos de Investimento as Necessidades dos Investidores

4.3.1. Objetivo do investidor

4.3.2. Horizonte de investimento

4.3.3. Risco *versus* retorno

4.3.4. Diversificação: vantagens e limites de redução do risco incorrido

4.3.4.1 Risco sistemático e não sistemático

4.3.5. Situação Financeira

4.3.6. Grau de conhecimento do mercado financeiro – experiência em matéria de investimento

5. Fundos de Investimento (Proporção: de 25% a 40%)

5.1. Definições Legais

5.1.1. Fundos de Investimento (FI) e Fundos de Investimento em Cotas (FIC): definições

5.1.2. Condomínio. Fundos Abertos e Fundos Fechados

5.1.3. Constituição e registro

5.1.4. Comunicação com o cotista

5.1.5. Cota. Valor da cota e transferência de titularidade

5.1.6. Propriedade dos ativos de Fundos de Investimentos – excluindo fundos imobiliários

5.1.7. Segregação entre gestão de recursos próprios e de terceiros: Barreira de Informação

5.1.8. Assembleia Geral de Cotistas (competências e deliberações)

5.1.9. Direitos e obrigações dos condôminos

5.1.10. Divulgação de informações e de resultados

5.1.10.1. Informações periódicas

5.1.10.2. Atos ou Fatos Relevantes

5.1.11. Administração

5.1.11.1. Disposições gerais

5.1.11.2. Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor

5.1.11.3. Normas de Conduta

5.1.11.4. Substituição do Administrador e do Gestor

5.2. Dinâmica de Aplicação e Resgate

5.2.1. Aplicação de recursos e compra de ativos por parte dos gestores. Cota do dia (D+0) e cota do dia seguinte ao da data de aplicação (D+1)

5.2.2. Resgate de recursos e venda de ativos por parte dos gestores

5.2.3. Prazo de cotização: conceito (prazo de conversão de cotas na aplicação e no resgate)

5.2.4. Prazo de liquidação financeira (pagamento do resgate): conceito e limite

5.2.5. Prazo de carência para resgate

5.2.6. Fechamento dos fundos para resgates e aplicações

5.3. Principais Características

5.3.1. Acessibilidade ao mercado financeiro

5.3.2. Diversificação

5.3.3. Liquidez

5.4. Política de Investimento

5.4.1. Objetivo

- 5.4.2. Fundos com gestão ativa e passiva: definição
- 5.4.3. Dificuldades de replicação dos índices de referência (*benchmarks*) e suas principais causas: custos, impostos, dinâmica de cálculo da rentabilidade do fundo e regras de contabilização a mercado
- 5.4.4. Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade: regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho, formulário de informações complementares e termo de adesão

5.5. Carteira de Investimentos

- 5.5.1. Principais mercados (juros pré-fixados e pós-fixados, câmbio, inflação, ações; seus derivativos)
 - 5.5.1.1. Marcação a Mercado. Conceito, finalidade e relevância para investidor
- 5.5.2. Riscos dos ativos individuais *versus* riscos da carteira
- 5.5.3. Alavancagem: conceito, vantagens e desvantagens
- 5.5.4. Impacto de variações nas taxas de juros, câmbio e inflação sobre os tipos de fundos: consequências

5.6. Taxas de Administração e Outras

- 5.6.1. Taxa de administração, taxa de performance, taxa de ingresso e taxa de saída: conceitos e formas de cobrança. Fundos que podem cobrar taxa de performance. Impactos na rentabilidade para o investidor

5.7. Classificação CVM:

- 5.7.1. Renda Fixa, Ações, Multimercado e Cambial:
 - 5.7.1.1. Ativos elegíveis e composição do patrimônio
 - 5.7.1.2. Fatores de risco inerentes a cada classe
 - 5.7.1.3 Características das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado e Ações – Mercado de Acesso
 - 5.7.1.4. Limites de alocação por emissor e por tipo de ativo. Riscos para o investidor

5.8. Outros Fundos:

- 5.8.1. Fundo de Investimento em Índice de Mercado – também conhecido como ETF (*Exchange Traded Fund*): conceito
- 5.8.2. Fundo de Investimento Imobiliário – FII: conceito

5.9. Tributação

- 5.9.1. IOF
- 5.9.2. Imposto de Renda (IR): fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo, longo prazo e ações, segundo a Secretaria da Receita Federal e tempo de permanência da aplicação), bases de cálculo e responsabilidade de recolhimento
- 5.9.3. Imposto de Renda (IR) – “come-cotas”: fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo e longo prazo), datas de incidência e responsabilidade de recolhimento
- 5.9.4. Compensação de perdas no pagamento de IR

6. Demais Produtos de Investimento (Proporção: de 15% a 25%)

6.1. Ações

- 6.1.1. Conceito
- 6.1.2. Tipos de ação: ordinária e preferencial - definição e direito dos acionistas
- 6.1.3. Canais de distribuição. Tipos e principais características. CTVM, DTVM, agências bancárias e internet (*home broker*)
- 6.1.4. Oferta Pública Inicial de Ações (IPO). Definição e entendimento dos conceitos: período de reserva, possibilidade de ocorrência de rateio, ordem limitada e a mercado
- 6.1.5. Definições: ganhos de capital; dividendos; juros sobre capital próprio; bonificação; subscrição; desdobramento (*split*) e grupamento

- 6.1.6. Riscos inerentes ao produto:
 - 6.1.6.1. Risco da empresa: conceito
 - 6.1.6.2. Risco de mercado: conceito
 - 6.1.6.3. Risco de liquidez: conceito
- 6.1.7. Despesas incorridas na negociação – Tipos:
 - 6.1.7.1. Corretagem
 - 6.1.7.2. Custódia
 - 6.1.7.3. Emolumentos
- 6.1.8. Tributação:
 - 6.1.8.1. Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, bases de cálculo e responsabilidade de recolhimento
- 6.1.9. Clube de Investimento em ações. Conceito, características
 - 6.1.9.1. Fundos de ações versus Clube de Investimento: vantagens e desvantagens

6.2 Títulos de Crédito Imobiliário

- 6.2.1. Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI
- 6.2.2. Características quanto a prazo, lastro, forma de resgate, liquidez, taxas e formas de remuneração
- 6.2.3. Riscos inerentes ao produto:
 - 6.2.3.1. Risco de crédito
 - 6.2.3.1.1. O papel do FGC em caso de inadimplência do emissor
 - 6.2.3.2. Risco de mercado
 - 6.2.3.3. Risco de liquidez
- 6.2.4. Tributação:
 - 6.2.4.1. Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento
- 6.2.5. LCI versus CRI: diferenças

6.3. CDB – Certificado de Depósito Bancário

- 6.3.1. Definição
- 6.3.2. Características:
 - 6.3.2.1. Prazos
 - 6.3.2.2. Formas de resgate
 - 6.3.2.3. Taxas e formas de remuneração:
 - 6.3.2.3.1. Pré-fixada
 - 6.3.2.3.2. Pós-fixada (TR, CDI e SELIC)
 - 6.3.2.4. CDB com SWAP: conceito
- 6.3.3. Riscos inerentes ao produto:
 - 6.3.3.1. Risco de crédito
 - 6.3.3.1.1. O papel do FGC em caso de inadimplência do emissor
 - 6.3.3.2. Risco de mercado
 - 6.3.3.3. Risco de liquidez
- 6.3.4. Tributação:
 - 6.3.4.1. Imposto de renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento
 - 6.3.4.2. IOF

6.4. Debêntures

- 6.4.1. Aspectos gerais:
 - 6.4.1.1. Definição
 - 6.4.1.2. Tipos: conversíveis, não-conversíveis
 - 6.4.1.3. Taxas e formas de remuneração
- 6.4.2. Riscos inerentes ao produto
 - 6.4.2.1. Risco de crédito
 - 6.4.2.2. Risco de mercado

6.4.2.3. Risco de liquidez

6.4.3. Tributação

6.4.3.1. Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.4.3.2. IOF

6.5. Notas Promissórias

6.5.1. Definição

6.5.2. Características quanto a prazo, emissores, resgate, liquidez, taxas e formas de remuneração

6.5.3. Riscos inerentes ao produto:

6.5.3.1. Risco de crédito

6.5.3.2. Risco de mercado

6.5.3.3. Risco de liquidez

6.5.4. Tributação:

6.5.4.1. Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.5.4.2. IOF

6.6. Títulos Públicos

6.6.1. Conceito e finalidade

6.6.2. Riscos inerentes ao produto:

6.6.2.1. Risco de crédito

6.6.2.2. Risco de mercado

6.6.2.3. Risco de liquidez

6.6.3. Principais títulos e suas características: LFT; LTN; NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F

6.6.4. Tributação:

6.6.4.1. Imposto de Renda: fato gerador, alíquotas, base de cálculo e responsabilidade de recolhimento

6.6.4.2. IOF

6.6.5. Tesouro Direto. Conceito e forma de negociação. Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e objetivos

6.7. Caderneta de Poupança:

6.7.1. Conceito e finalidade

6.7.2. Riscos inerentes ao produto:

6.7.3. Rentabilidade

6.7.4. Tributação

6.8 Operações Compromissadas:

6.8.1 Conceito e finalidade

6.8.2 Características quanto a prazo, lastro, forma de resgate, liquidez e formas de remuneração